

## Encarte Especial

Págs. 7 a 10

# ASSOJUBS 25 ANOS

A realização  
de um sonho

“Aos poucos  
mãos e corações foram se unindo.  
Eram poucos, são milhares.  
No dia a dia tecendo  
o fio da solidariedade.  
No dia a dia lutando,  
grande coração brilhando  
por justiça e liberdade.”

Por Mário Sérgio Soares



# INÍCIO DA CAMPANHA SALARIAL 2014



## III ENCONTRO ESTADUAL JUDICIÁRIOS DO TJSP

**23 DE NOVEMBRO, A PARTIR DAS 9:00H**

**NO SINSPREV, R. ANTONIO DE GODOY, 88, 2º. CENTRO, SP**

Próximo ao metrô. Descer na estação São Bento e atravessar o Viaduto Sta. Ifigênia

**Organização:** • COMANDO DA BASE • SINDJESP-CAIEIRAS E SÃO PAULO

• SINDJESP-RMSP (Região Metropolitana de S. Paulo) • SINDJESP ABCDMRR

**Apoio:** • SINTRAJUS (Litoral, Baixada Santista e Vale do Ribeira) • ASSOJUBS

• AASPTJ • APATEJ • AECOESP • CSP-CONLUTAS (Central Sindical e Popular)

## Editorial

# Inteligência, força e amor: as três qualidades para a realização de um sonho

Para realizar sonhos é preciso juntar três qualidades: inteligência, para elaborar e planejar algum projeto, a força de ação, para levar adiante aquela ideia, e o amor ao próximo, que faz com que você respeite o companheiro presente ao seu lado, não passando por cima da moral e da honra na busca desse sonho.

Foi o que aconteceu há 25 anos, quando um grupo de funcionários se reuniu com o sonho de uma vida melhor através de um sindicato para lutar por toda a categoria,

com a certeza do merecimento, nem que fosse necessário brigar fazendo manifestações, paralisações e greves para conseguir ver seus direitos respeitados.

Há 25 anos esse grupo teve a inteligência, a força e o amor necessários para fundar, inicialmente, o Sinjubs (Sindicato dos Funcionários do Poder Judiciário da Comarca de Santos), vindo depois a se tornar a Assojubs (Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo), mas em momento algum per-

deu seu cunho reivindicatório, sendo referência para a categoria nos movimentos parciais decididos nas nossas assembleias e também sempre socorrendo, com carinho e respeito necessários, a todos os servidores, associados ou não, que precisem de sua ajuda.

Essa caminhada foi difícil. Muitos amigos já passaram pela Diretoria e sempre deram o melhor de si. Aos que já partiram, nossos sinceros agradecimentos. Aos que costumamos encontrar pelos corredores dos fóruns, temos a

certeza de que estarão sempre prontos a - juntos - arregaçar as mangas e trabalhar com o mesmo amor e dedicação.

Muitos companheiros que ingressam hoje no Judiciário não conseguem visualizar como o trabalho nos fóruns era mais difícil naquela época pela falta de estrutura nos prédios e cartórios, o que, para quem esteve lá e ainda esta trabalhando, era amenizado pela maior confiança, companheirismo e cumplicidade uns nos outros, e que fazia com que fosse comum o termo "família forense", coisa que hoje

infelizmente não existe mais.

Dentre as obrigações da Assojubs hoje, denominada Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo, uma delas é a de não deixar que essa confiança, companheirismo e cumplicidade morram em nossos corações, bem como essa força de luta por nossos direitos, sempre com a garra, determinação e democracia que lhe são tão característicos.

**NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO DA ASSOJUBS!**

E X P E D I E N T E

**Diretoria**

Alexandre dos Santos - presidente  
Luiz Tadeu Milito - vice-presidente  
Rosângela dos Santos - secretária geral  
Sílvio José Realle - tesoureiro  
Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário  
Laércio Arnesto - 1º tesoureiro  
Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico  
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura  
José Carlos de Almeida - diretor de comunicações  
Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical  
Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios  
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes  
Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

**Conselho**

Adelson Pereira Gaspar  
Paulo Afonso Filgueiras Júnior  
Paulo Sampaio Mercadante Filho  
Alessandro Muniz Barreto

**Redação**

Camila Marques, José Carlos de Almeida,  
Luiz Milito, Sílvio Realle e Rosângela dos Santos  
Jornalista responsável:  
Camila Marques MTB 34.448

Diagramação: www.cassiobueno.com.br  
Impressão: Gráfica Diário do Litoral -  
Tiragem: 5 mil exemplares

**Associação de Base dos Trabalhadores do  
Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs**

Assojubs Santos -  
Av. São Francisco, 276/278, Centro,  
Fone: 3223-2377 - 3223-5278  
Assojubs São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11,  
Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665  
Assojubs São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Fone: (11) 3101-6085  
e-mails: faleconosco@assojubs.com.br - secretaria@assojubs.com.br  
www.assojubs.org.br

## ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de "O Processo" para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.



Miguel Archanjo Rollo Junior, 1º presidente

## Homenagem

### Ambulatório receberá o nome de Valéria Tubel

Para prestar uma homenagem a Valéria Tubel Vaz de Almeida, idealizadora e responsável pelo Ambulatório Odontológico da Assojubs por mais de uma década, a Diretoria da associação, aceitando uma sugestão da associada Hortência Martinho, decidiu que o consultório receberá o nome da dentista, falecida em 19 de setembro.

A homenagem é o reconhecimento por parte da Assojubs, e seus sócios, do trabalho exercido por Valéria Tubel Vaz de Almeida, sempre repleto de dedicação, carinho e atenção aos seus inúmeros pacientes. A cirurgia dentista foi quem idealizou e trabalhou junto com a entidade para criação, desenvolvimento e ampliação da estrutura para atendimento do Ambulatório Odontológico, portanto, nada mais justo que eternizar sua passagem pela associação.

#### Atendimento ampliado

A partir do ano que vem o atendimento no Ambulatório Odontológico da Assojubs será ampliado. Além do Dr. Rogério Ferreira Ramalho, à disposição

dos associados todas as terças e quartas-feiras, das 14 às 18 horas, o consultório contará com o serviço de Verena Tubel e Carlos Alberto A. V. dos Santos.

Verena Tubel prestará atendimento a partir de janeiro. Já o Dr. Carlos, realizará procedimentos de reabilitação oral (implantes e próteses sobre implantes) todas as sextas-feiras.

Vale lembrar que o Ambulatório Odontológico da Assojubs atende exclusivamente associados e dependentes, e dispõe de uma tabela própria, com descontos excepcionais e parcelamento dos valores (combinados com o paciente).

O consultório realiza atendimentos que incluem desde a prevenção até procedimentos como: profilaxia (limpeza), restaurações, endodontias, peridontias, radiografias, clareamento dentário e anamnese para posteriores encaminhamentos de especialidades (ortodontia, cirurgia bucomaxilo, implantodontia, clareamento a laser).

A consulta pode ser agendada diretamente com a Secretaria pelo (13) 3223-2377.

## Planos de saúde e odontológico

### Associados devem apresentar cópias dos documentos dos titulares e dependentes à Secretaria

A Assojubs informa aos associados usuários dos planos de saúde e odontológico que é obrigatória a apresentação de cópias dos documentos RG e CPF dos titulares e dependentes para a Secretaria da associação.

Esse procedimento é uma exigência da ANS (Agência Nacional de Saúde). Em caso de dúvidas, o associado deve entrar em contato com a Secretaria da Sede Santos, pelo (13) 3223-2377.

## Assembleias

### Aprovado o ingresso de ações coletivas pelo Departamento Jurídico

Na noite do dia 29 de outubro, atendendo a convocação da Assojubs, os associados estiveram reunidos no Auditório da Sede Santos em Assembleia Geral Extraordinária para discutir dois pontos de pauta.

Uma Assembleia foi referente à deliberação, aprovada por consenso, sobre o ingresso de ações coletivas pelo Departamento Jurídico da entidade. Na outra Assembleia, os presentes também autorizaram a retirada de um artigo do Estatuto Social vigente.

Sobre as ações, após diversos esclarecimentos, foi deliberado o ingresso coletivo, através de seu Departamento Jurídico, com as seguintes ações: 1) para a não incidência do imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de terço constitucional de férias; 2) visando garantir aos



Os associados estiveram reunidos em Assembleia Geral Extraordinária para discutir dois pontos de pauta

estenotipistas e pesquisadores a concessão de todos os reajustes concedidos aos demais servidores; 3) para o recálculo dos valores dos vencimentos dos ser-

vidores - URV (Unidade Real de Valor); 4) para o recebimento do auxílio alimentação aos servidores nos períodos de férias e licenças.

## Comunicado

### Associado, realize o Recadastramento junto à associação!

A Assojubs convoca seus associados a realizarem, a partir de 2 de dezembro, o Recadastramento junto à entidade. Para tal, é necessário preencher a ficha com os dados pessoais e apresentar as cópias dos documentos pendentes e fotos do titular e dependentes legais (cônjuge e filhos até 18 anos).

Após preenchimento da ficha com os dados cadastrais e de porte dos documentos e fotos, o associado pode entregar o material diretamente na Secretaria

da associação (sedes Santos, São Vicente ou São Paulo), encaminhar por e-mail (pelo [secretaria@assojubs.com.br](mailto:secretaria@assojubs.com.br)) ou repassar aos diretores regionais nas comarcas.

Os servidores diretores regionais da Assojubs são: João Paulo Pedrosa Ide (Juizado Especial Cível de Guarujá), Sidnei Dalla Marta Fernandes (2º Cível de Praia Grande), Fátima Maria de Fátima Araújo Moreira Mota (Juizado Especial Cível de Mongaguá), Fabiana da Silva Yaia

Melo (Juizado Especial Cível de Itanhaém), Vera Lucia Ferreira (3º Cível de Suzano), Vanderleia Silva de Moura (Central de Mandados de Mogi das Cruzes), Valdir Ribeiro Alves (Seção da Administração de Registro) e Renato Sacciotto Dias (Execução Fiscal de Ilhabela).

A ficha de recadastramento estará disponível nas sedes Santos, São Vicente e São Paulo, no site da associação ([www.assojubs.org.br](http://www.assojubs.org.br)) ou com os diretores regionais.

## Sindical

## História de luta da classe trabalhadora (parte 4)

*Paulo Ferreira Luz*

Nesta edição de “O Processo” destaque para os fatos marcantes que influenciaram a luta da classe trabalhadora brasileira, abordando os efeitos do “SINDICALISMO DE ESTADO”, vivenciado com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

A grave crise econômica do capitalismo internacional que se iniciou a partir de 1929 e a ascensão de Vargas modificaram profundamente a economia e o processo político do país. A agricultura cafeeira de exportação sofreu um duro golpe e deixou de ser o setor mais importante da economia brasileira.

Na década de 30, o Brasil passou a ser um país industrial, ou seja, a indústria assumiu papel central no capitalismo e, do ponto de vista político, modificações importantes no Estado alteraram a forma de relacionamento entre as classes sociais, colocando novas condições históricas para a luta de classes.

Estes dois processos, no plano econômico e político, implicaram em grandes transformações na estrutura do movimento operário e sindical. Com o avanço no processo de industrialização, a classe operária ganhou uma importância maior, mas,

ao mesmo tempo, encontrou um Estado fortalecido, centralizado e atuante, com novos instrumentos e formas de dominação de classe.

O conflito entre capital e trabalho, até então tratado pela classe dominante como questão policial, passou a ser tratado como questão política. O Estado procurou administrar o conflito entre trabalhadores e patrões tomando iniciativas políticas importantes. Por um lado criou uma estrutura sindical corporativista, dependente e atrelada ao Estado, inspirada no Fascismo Italiano, por outro criou o Ministério do Trabalho e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Todo esse aparato visava administrar e conter o conflito e a luta de classes no Interior do próprio Estado, que emergia com uma grande força e um novo papel político na história do país.

Todo esse conjunto de modificações econômicas, sociais e políticas tiveram uma grande repercussão no ABC, pois as formas de organização sindical livres e independentes deram lugar à criação dos sindicatos oficiais. O próprio “Anarcosindicalismo” sofreu uma crise profunda e novas tendências políticas surgiram no movimento sindical, marcando o fim do período do “Sindicalismo Libertário”, dos

sindicatos de minorias militantes, e o início da formação dos sindicatos oficiais e do “Sindicalismo de Estado”.

A fundação dos sindicatos oficiais, a criação do imposto sindical e a política populista de Getúlio Vargas estimularam o surgimento dos pelegos. A palavra pelego, que originalmente significa a manta que se coloca entre o cavalo e a sela de montar, passou a ser utilizada para classificar os dirigentes sindicais que ficavam amortecendo os choques entre os patrões e o cavalo que, no caso, era a própria classe trabalhadora.

A mudança no caráter do 1º de maio revela, com bastante clareza, o novo papel político que a classe dominante procurava designar para os trabalhadores: a grande data de luta da classe, a data em que as memoráveis greves eram deflagradas, foi transformada em feriado e, exatamente nesse dia, Getúlio Vargas reunia os trabalhadores em grandes estádios de futebol para anunciar as novas medidas do Governo na área sindical e trabalhista, como a CLT, o salário mínimo e a Justiça de Trabalho.

Muitas antigas reivindicações do movimento eram anunciadas pelo Governo como concessões, na maioria das vezes de forma diferente das quais os trabalhadores

aspiravam. O exemplo mais claro disso foi a implantação de uma estrutura sindical corporativista, atrelada e dependente do Estado.

Outro exemplo foi a CLT, que compilou a legislação trabalhista já existente, mas privilegiando o dissídio individual nas causas trabalhistas, o que esvaziava o poder de pressão das categorias e inibia o trabalhador isolado de recorrer pela defesa de seus direitos, em função da ameaça de desemprego como revanche dos patrões.

Mesmo o salário mínimo adotado oficialmente foi precedido de uma longa pesquisa que diagnosticou o piso salarial já existente no mercado e o manteve sem alterações substanciais. Porém, em relação à situação anterior, algumas dessas medidas representaram avanços e foram largamente utilizadas para a promoção pessoal de Getúlio Vargas e das lideranças populistas da época.

Na próxima edição, o assunto continua, seguindo com o Sindicalismo Populista. Até lá.

*Paulo Ferreira Luz, escrevente técnico judiciário da Comarca de Itanhaém e diretor de Organização Política e Sindical da Assojubs*

## Funcionalismo

### As eleições no TJ e a mudança de paradigma

*Edney Carvalho Valentim*

Com o final deste ano se aproximando também se fecha o biênio da administração do desembargador Ivan Ricardo Garísio Sartori como presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fala-se em reeleição, mas, infelizmente, com exceção das entidades de classe, que há muito se mobilizam em torno do assunto, poucos funcionários se interessam pelo tema.

Foi na administração do saudoso desembargador Francis Selwyn Davis (★1924/2013†) que recebemos alguma verba substancial do Tribunal, lembram? Só que isso ocorreu em 1994. Desde en-

ção, pouco - ou nada - foi feito pelas administrações que sucederam. E, ainda assim, esse pouco conquistado demandou de muita luta e sacrifício das entidades e dos trabalhadores engajados. Foram mais de 15 anos para que houvesse algum reconhecimento, valorização e conseguíssemos uma mudança de paradigma.

Para os que não têm consciência, os benefícios que chegaram até nós, e continuam chegando ainda hoje, são fruto do nosso último movimento grevista, o de 2010, sendo esse um exemplo de luta, perseverança, união e, sobretudo, amadurecimento das entidades representativas.

Dentre eles está uma nova conduta de

administração, trazendo conceitos modernos no que se refere ao tratamento dispensado aos funcionários com investimento em qualificação, valorização dos conhecimentos adquiridos, combate ao assédio moral, melhora da autoestima, criação de canais de comunicação. Uma verdadeira mudança de paradigma.

No entanto, o que vemos no dia a dia é uma grande resistência na base a estes conceitos propostos. Desta vez não são as entidades que estão falando. O exemplo e mensagem vêm da alta administração, mas, ainda assim, há quem prefira ignorar as mudanças e permaneça com aquele velho modelo de administração truculenta, que ignora as diferenças e

não dá chance a novas ideias.

Muito já foi feito, a semente foi plantada. Damos o primeiro passo, talvez até o segundo, mas isso não é suficiente. Sob pena de um retrocesso em matéria de direitos conquistados, devemos buscar nesse momento uma mudança em nossas próprias atitudes, procurando um maior envolvimento com as questões político-administrativas do Tribunal ao qual pertencemos, bem como buscar um novo olhar sobre as novas propostas e conceitos que nos são diariamente apresentados.

*Edney Carvalho Valentim é agente administrativo judiciário da Comarca de São Vicente e associado da Assojubs*

## Processo de Remoção

### Divulgada a lista final para o cargo de escrevente técnico judiciário

Foi divulgada no Diário da Justiça Eletrônico de 8 de novembro a lista final para o cargo de escrevente técnico judiciário do Processo de Remoção 2013, bem como as orientações de quando os servidores poderão assumir seus

postos de trabalho nas comarcas escolhidas (DJE da data, página 161).

Na última reunião do Comitê de Gestão Permanente do Processo de Remoção 2013, do qual a Assojubs faz parte com Alexandre dos Santos, presi-

dente da associação, realizada em 6 de novembro, na sala do Centro de Treinamento de Apoio ao Servidor (Cetra) do Tribunal de Justiça, no Fórum João Mendes, Capital, foram finalizados os recursos para os cargos de agente administrati-

vo, assistente social, contador, oficial de justiça e psicólogo judiciário para posterior publicação da lista final.

Sobre os agentes de segurança judiciário, não será aberto o Processo de Remoção, pois, em decorrência do redu-

zido número de servidores do cargo, a área de Recursos Humanos do Tribunal informou que, havendo vaga na Comarca pleiteada e o funcionário preencher os requisitos necessários, os pedidos de relocação poderão ser atendidos.

## Debate

### Deputado federal Vicentinho fala sobre a PEC 526/2010

Na noite do dia 16 de setembro aconteceu na sede paulistana do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo), um debate com o deputado federal Vicentinho (PT) sobre um projeto de sua autoria, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 526/2010, que propõe a participação dos servidores pelo voto na escolha dos órgãos diretivos dos Tribunais de Justiça (federais e estaduais).

A organização do evento foi do Sindjesp Caieiras e São Paulo e contou com o apoio da Assojubs, representada na ocasião por Luiz Milito, vice-presidente, Rosângela dos Santos, secretária geral, e Michel Iorio, 1º secretário.

Entre as muitas explicações sobre o tema, foi ressaltada a importância do trabalho necessário para aprovação da PEC

526/10, um passo no sentido da busca pela maior democratização do Poder Judiciário, e saber utilizar esse movimento como mais um instrumento de luta da categoria.

Os sindicalistas presentes relataram os diversos problemas existentes nos Tribunais de Justiça que dificultam a vida funcional dos servidores, como as péssimas condições de trabalho e salários, fruto da política dos governantes de sucateamento dos serviços públicos, e precarização do atendimento aos usuários. Situações essas comuns não só nos TJs do Brasil, mas em países na América Latina e no mundo, conforme dados do XI Congresso da Confederação Latino-Americana de Trabalhadores do Poder Judiciário (CLTPJ), ocorrido em 12 de setembro, em Lima (Peru).

“O projeto da PEC 526 nasceu quando apoiei a greve de

127 dias, em 2010, dos judiciários de São Paulo, proposta que teve total apoio dos trabalhadores que estavam em Assembleia”, lembrou o deputado.

Embora tenha resistência de vários setores do Congresso, na sociedade e nas entidades ligadas às elites, Vicentinho disse que é possível ter êxito nessa luta desde que seja feita de forma planejada e organizada. Para tal, ele apontou os seguintes caminhos: “Influir na indicação para nomeação de um deputado como relator que seja solidário ao projeto, criar um movimento, buscar adesões políticas, fazer uma boa mobilização e pressão dos trabalhadores dos judiciários nos estados, procurar apoio nos setores favoráveis dos magistrados e também dos parlamentares (via e-mail e correspondência), criar uma comissão para atuar em Brasília e realizar audiên-

cias públicas”.

Depois da fala do deputado, foi aberto para as intervenções dos participantes. Como proposta indicativa, foi apontada a necessidade das entidades organizarem encontros e discussões nos estados, junto às bases das categorias, além de buscar apoio em prol da PEC 526 e ampliar o debate sobre os problemas gerais e comuns existentes no Poder Judiciário. Também foi apontada a sugestão de realizar um seminário nacional e elaborar uma pauta unificada de luta, ideias a serem encaminhadas pelo sindicatos e entidades.

Esse primeiro debate, na prática, foi um encontro histórico, no qual foi dado mais um passo na unificação das lutas dos trabalhadores do judiciário e na possibilidade de criação de um forte movimento pela aprovação da PEC 526. Como indi-

cativo, foi proposto que se faça um novo encontro, sem data e local definidos.

#### Entidades presentes

Além da Assojubs e Sindjesp Caieiras e São Paulo, pelos sindicatos e associações estaduais participaram o Sindjesp Região Metropolitana SP, Sindjesp ABCDMRR-SP, Sintrajus, Sintaj-BA, Sindjustiça-RJ, Sinjusc-SC, Sisjern-RN, Serjal-AL, Sindijus-SE, Serjsumig-MG, Sinpojud-BA, Sintrajud (Justiça Federal SP), AASPTJ-SP e Comando da Base - SP.

Também presentes a Fenajud (estadual), Fenajufe (federal) e CLTPJ (Confederação Latino Americana de Trabalhadores do Poder Judiciário), bem como trabalhadores independentes e o Dr. Herval Pina Ribeiro, médico, pesquisador e doutor em Saúde Pública (FSP-USP).

## EM ILHABELA E CARAGUATATUBA

ALUGUEL –  
DIÁRIAS, FINS  
DE SEMANA E  
FERIADOS

Condições  
especiais para  
associados  
da Assojubs

✓ Pousada  
✓ Chalé  
✓ Casa

Descontos em  
passeios de  
lança e jipe  
pela região

Tratar com  
Renato (Rato)  
Fones: (12) 99235.8325  
98154.2444

## Precatórios

# Assojubs participa de Audiência Pública no Tribunal de Justiça

Edilson A. Silva/AOJESP



Luiz Milito, vice-presidente da Assojubs, em sua fala



A Audiência Pública foi realizada no Salão do Júri do Palácio da Justiça

A Assojubs, representada por seu vice-presidente, Luiz Milito, participou, em 24 de outubro, da Audiência Pública realizada pelo Tribunal de Justiça, no Salão do Júri do Palácio da Justiça, Capital, para discutir o pagamento de precatórios, a qual foi coordenada pelo desembargador Pedro Cauby Pires de Araújo.

Para iniciar os trabalhos, o presidente do TJ, desembargador Ivan Sartori, discorreu sobre a importância da Audiência: “Muitas coisas já fizemos, mutirões, contratação de novos funcionários, e achamos melhor, no futuro, juntar o setor das Execuções ao Depre, no Bairro do Ipiranga. Precisamos discutir soluções, pois a questão dos precatórios é um tema complexo. É uma luta muito grande, mas pretendemos implantar em breve o precatório digital”. Falou e foi embora, não escutou nem discutiu as propostas que foram apresentadas pelos demais oradores.

Logo em seguida, o coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do TJ (Depre), desembargador Pedro Cauby Pires de Araújo, assumiu a mesa de trabalhos e ressaltou

os esforços da atual gestão para organizar os pagamentos. “Esse é um tema que está sempre na pauta das nossas prioridades e estamos buscando meios de resolver essa questão com mutirões e a disponibilização de novos funcionários para o trabalho, mas entram alguns, porém, também saem muitos para outros setores”, declarou.

Em sua fala, o vice-presidente da Assojubs apresentou as seguintes avaliações:

- Grande parte dos credores morre sem poder desfrutar desses valores, - segundo dados mais recentes feitos pela OAB, são 80 mil, de um total de 600 mil, que já faleceram antes de poder utilizar suas verbas – por isso é exigido que seja pago ainda em vida, no prazo mais curto possível, garantindo, por lei e portarias, a obrigação das entidades devedoras para cumprir o que for determinado;

- De acordo com a maioria das decisões do STF (Supremo Tribunal Federal), que declarou inconstitucional os vários dispositivos, integralmente ou parcialmente, da Emenda Constitucional 62/09, porém, há desacordo em manter a possibilidade de pa-

gamento apenas parcial dos valores devidos e, ainda, dos credores terem que esperar completar 60 anos ou adquirir doença grave;

- É preciso um maior aporte do Estado destinado ao pagamento dos precatórios, principalmente alimentares, que se destine por lei complementar, se necessário, maior porcentagem do orçamento para cumprir esses direitos e também poder ser retirado de parte das verbas pagas ao Estado, pelos contribuintes e devedores, de custas, taxas e emolumentos;

- O Estado de São Paulo possui grande quantidade de bens de seu patrimônio tidos dominicais, ou seja, sem destinação pública definida, portanto disponíveis, esses poderiam ser utilizados para garantia e pagamento dos precatórios;

- Grande parte desse dinheiro destinado a pagar precatórios, “fica parado nos bancos”, os quais investem e lucram com esses valores muito mais do que é pago legalmente de juros e correção aos credores, que sejam repassados, então, parte desses lucros obtidos em valores aos precatórios.

Sobre o Setor das Execuções

Contra a Fazenda, no prédio do Fórum Hely Lopes Meirelles, Milito afirmou que, embora sejam realizados mutirões nos finais de semana, a quantidade de judiciários existente não é suficiente, pois os que ali trabalham estão esgotados pelo excesso de carga e assédio moral. E mesmo que se tire parte do atraso passado, por mês chegam, em média, cerca de dois mil novos processos. São necessárias a contratação e nomeação por concurso público de mais de 30 novos funcionários para se começar a regularizar o acervo.

Após ouvir todas as manifestações, o desembargador Pedro Cauby encerrou a Audiência agradecendo a participação de todos e afirmou que o Tribunal não medirá esforços para encontrar uma solução adequada. “Essa é uma questão difícil, mas creio que demos aqui o primeiro passo para tentar resolvê-la”.

No entanto, não falou o que faria com as sugestões e não marcou nenhum retorno e desdobramentos. “Penso que seria necessária uma reunião com o desembargador, a direção do TJ e representantes das entidades

que defendem os interesses dos credores para discutir e encaminhar, de fato, as propostas apresentadas”, afirmou o vice-presidente da Assojubs.

Participaram da Audiência Samuel Alves de Melo Júnior, desembargador presidente da Seção de Direito Público do TJ-SP, Antonio Villas Boas Carvalho, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Leila Paiva Morrison, juíza integrante do Comitê Estadual de Precatórios do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os integrantes do Comitê Estadual de Precatórios do TJ-SP Márcio Kammer de Lima, juiz assessor da Presidência, e o juiz Luís Paulo Aliende Ribeiro, representando o diretor da Escola Paulista da Magistratura, Fábio Augusto Pinto, chefe da Assessoria da Policial Civil do TJ-SP e representando o delegado-geral de Polícia do Estado, e Maria de Lourdes Mendes, diretora de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Pelos servidores dos judiciários, estiveram presentes também Yvone Barreiros Moreira, presidente da Aojesp, e José Gozze, presidente da CNSP ANSJ.

# ASSOJUBS 25 ANOS

## Um sonho que virou realidade

**Miguel Archanjo Rollo Junior**

Passados 25 anos, vejo que o sonho daquele grupo formado por valentes servidores virou realidade.

Muito bem gerido ao longo desses anos, nossa instituição cresceu e hoje alcançou seu espaço e a respeitabilidade em todo o Estado de São Paulo.

Aliás, esse respeito vem desde a primeira paralisação, quando ainda estávamos nos organizando estatutariamente e conseguimos ultrapassar barreiras anteriormente intransponíveis.

Lembro do primeiro passo para a fundação, realizada no Seacon (Setor de Apoio de Contadoria), do cadastramento inicial onde alcançamos, somente em Santos, quase mil adesões, sendo que naquela época tínhamos perto de 1200 funcionários.

Lembro também das

reuniões matinais na antiga sede da Associação dos Oficiais de Justiça, no prédio da Sociedade Humanitária, da primeira sede alugada em meu nome - e que minha mãe foi a fiadora - na Rua Amador Bueno, da conquista do plano de saúde, da primeira paralisação já citada, da criação da Associação Nacional, onde tivemos uma participação ativa.

Enfim, penso que nossa maior conquista foi a aglutinação de toda uma classe de servidores que ao longo desse período cresceu e, através de muita luta, vem obtendo conquistas significativas.

Fico extremante honrado e feliz por fazer parte daquele pequeno grupo que se agigantou e tornou um sonho em realidade.

Parabéns a todos que comigo começaram essa jornada.

*Miguel Archanjo Rollo Junior foi presidente de 1988 a 1989. É atualmente advogado*

**Mário Sérgio Soares**

Nesse ano a Assojubs completa 25 anos de vida, uma história de muito esforço e lutas. Sinto imenso orgulho por ter podido trabalhar pela criação e consolidação dessa entidade, reconhecida pelos judiciários da Baixada Santista e por toda a categoria no Estado.

Comecei a participar em 1989, à época do Sindicato dos Judiciários da Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira, como diretor de imprensa na gestão de Miguel Archanjo Rollo Junior. Em seguida, fui presidente, participando do momento em que a categoria optou pela transformação do sindicato em associação. Momento conturbado e que ainda mantém, nos companheiros mais antigos, traços de polêmica.

Desde a criação, nossa entidade foi marcada pela luta, organizando a categoria na região e contribuindo para essa organização em todo o Estado. Após muitas discussões, prevaleceu naquele momento

o entendimento de que com uma associação poderíamos manter a infraestrutura necessária para sustentar a luta sindical, o que se mostrou correto pela própria história da Assojubs.

Ao longo desses anos foram muitas as dificuldades: manter no dia a dia a união dos judiciários que conseguíamos nos momentos de mobilização, questões administrativas, como a trabalhosa implantação do primeiro convênio médico, e as diversas promoções que exigiam envolvimento dos abnegados mais próximos.

Hoje temos um sindicato, recém-criado, que surge para preencher um vácuo de representatividade que a dinâmica de nossa organização criou. A Assojubs, porém, segue seu caminho cada vez mais forte. Um prédio próprio para suas instalações administrativas e para a Cantina, além do Clube de Campo, adquirido há pouco, são sinais concretos de seu crescimento.

Em seu comando as direções se sucederam. Nova geração de companheiros surgiu e se uniu aos militantes mais antigos, agregando o entusiasmo à experi-

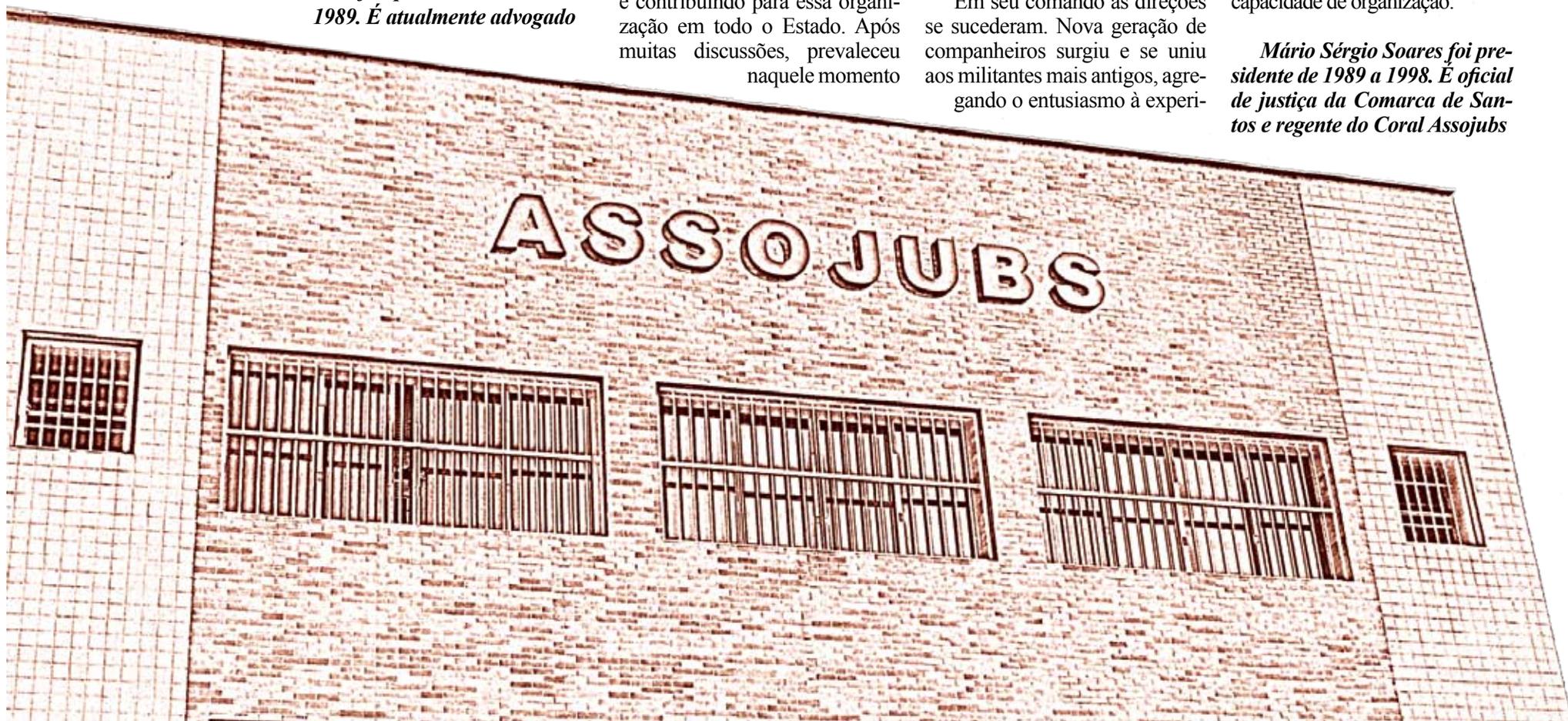
ência.

Nessas batalhas, infelizmente, perdemos alguns companheiros: Cláudio Farias, Haroldo Faria, Marco Antonio Barbosa Mendes, Márcio Paiva, Orinaldo Borburema (Made). Outros mais partiram e tenho certeza que, onde estiverem, acompanham com alegria o sucesso dessa entidade para a qual tanto se empenharam.

Os mais jovens que frequentam as dependências da Assojubs, almoçam na Cantina e se valem de seus serviços, talvez não conheçam uma boa parte do esforço que resultou nessas conquistas. É certo, também, que os nossos avanços em termos de condições de trabalho e salário se devem às lutas para as quais a Assojubs têm contribuído grandemente.

Pensar nessa história de 25 anos me emociona. É um exemplo claro do que se consegue apostando na força da categoria e em sua capacidade de organização.

*Mário Sérgio Soares foi presidente de 1989 a 1998. É oficial de justiça da Comarca de Santos e regente do Coral Assojubs*



## A missão de recuperar credibilidade e o financeiro

**Hortência Martinho**

Assumimos a Diretoria da Assojubs em março de 1998, num primeiro mandato, com a difícil missão de recuperá-la, tanto em credibilidade quanto na sua situação financeira e administrativa. Na credibilidade, perdemos inúmeros associados por problemas com uma operadora de plano de saúde, a qual ofereceu para outras associações preços e condições mais vantajosas.

Mas a Assojubs, não era somente um plano de saúde. Fomos atrás do prejuízo. Essa primeira Diretoria se dedicou de corpo e alma para alterar o cenário em que receberam a associação. Parecia o fim de uma história de lutas e superações. Na situação financeira, restaram dívidas com a Unimed - de R\$ 50 mil - mais juros e correções.

Depois de muitos meses de trabalho e levantamentos, passamos da dívida ao crédito. Além de nada pagarmos, ainda tínhamos um fôlego de recebimento. Saneamos as contas: associados com pendências que foram negociadas, muitos ajustes financeiros, corte de gastos.

A Cantina voltou a oferecer comida de qualidade, a preços satisfatórios para os associados, mas ainda não dava o lucro de-

sejado, uma vez que a despesa era muito alta e nossa meta era de que o local precisava, ao menos, se sustentar e pagar os custos de seus funcionários e os produtos usados.

Com relação à situação administrativa, era preciso reorganizar os serviços de todos os setores, corrigir e alterar o seu funcionamento num todo. Estávamos entrando na era digital e providenciamos a informatização. Contratamos novos funcionários e mantivemos as peças-chaves como a Alice Feitoza, que até hoje nos presta relevantes serviços.

Apesar de todas as dificuldades, procuramos manter os produtos que os associados desejavam, como a barraca de praia, as festas tradicionais, os torneios esportivos, o incentivo e patrocínio na participação em eventos da Baixada Santista e o maior contato com os colegas servidores, principalmente de outras comarcas, que se encontravam tão distantes da nossa sede. Firmamos novos convênios para beneficiar mais servidores. Com isso, trouxemos novos sócios.

No segundo mandato, 2000 a 2002, hora de investir e colher frutos: compramos um terreno para construir a sede própria, em Santos, pois a cada ano cor-

ríamos o risco de ficar sem um local para o funcionamento do escritório e Cantina devido aos elevados custos de aluguéis, impostos e a escassez de imóveis na região do Centro da Cidade.

Esse terreno serviu apenas como poupança, o que gerou depois a compra de um prédio já com uma construção organizada, necessitando apenas de reforma e adaptações, onde hoje funciona a sede e Cantina, com suporte e total infraestrutura, inaugurado em junho de 2006.

Um grande orgulho, pois deixamos um legado para os associados que acreditaram e confiaram no trabalho da nossa Diretoria. E que avanço para a associação, quando da inauguração do prédio, onde todos os associados puderam transitar livremente e dizer: "Construímos, colaboramos e vencemos, nosso dinheiro foi muito bem utilizado!"

O crescimento era notório. Tínhamos o respeito e reconhecimento de todas as chamadas grandes associações do Estado. E mesmo com as dificuldades enfrentadas, e mais as greves de 2001 e 2004, onde as despesas se tornaram elevadíssimas, com o pagamento de ônibus a todas as Comarcas da Baixada Santista para comparecermos às Assembleias na Praça João

Mendes, na Capital, material de propaganda e alimentação para a Diretoria nas inúmeras e incansáveis reuniões, tanto nas comarcas como no Tribunal de Justiça, efetuamos todos os pagamentos em dia, mantivemos a associação totalmente saneada.

Essas despesas extraordinárias, mas necessárias, faziam parte da tradição política da associação. E essa participação, e adesão dos servidores na luta por salários e direitos, nos impediu de cumprir outras metas, como a de ter salas nas demais comarcas com um representante.

Tivemos inúmeras conquistas com as greves que até hoje se refletem: vinda do auxílio creche - escola para as comarcas da Baixada, data-base, percentual de reajuste nos salários e o Plano de Cargos e Salários, confeccionado com a nossa participação.

Claro que também enfrentamos problemas com as greves, talvez por minha inexperiência política, da qual eu, particularmente, não gosto, pois é doloroso sentir a mentira na face das pessoas e não poder revidar à altura, verificar que os interesses pessoais se sobrepujam aos interesses comuns de todos os servidores e viver cercada de discursos falsos e falidos e que escondiam as verdadeiras inten-

ções. Descobrir que somente a nossa Baixada é que realmente estava na rua, defendendo e levantando a bandeira em nome de todos os servidores. Mesmo assim, mantivemos a nossa dignidade e a nossa tradição de luta.

De 2004 a 2006 fizemos a alteração e registro do nosso novo Estatuto Social para tornar a Assojubs combativa em âmbito estadual e assim possibilitar o afastamento dos membros da Diretoria para dedicação exclusiva aos nossos serviços, bem como alterações nos cargos e novas regras de eleições, visando tornar a associação sempre clara e transparente.

Nada veio fácil, mas me orgulho muito de fazer parte da Assojubs em oito anos desses 25 de sua existência. Parabéns para os membros das Diretorias que trabalharam comigo de 1998 a 2006 com tanta presteza, de maneira tão clara e transparente! E graças a esse trabalho, hoje temos uma associação representativa, respeitada e que ficou com condições de seguir adiante no desenvolvimento de seus objetivos.

*Hortência Martinho foi presidente de 1998 a 2006. É escritora técnica aposentada pela Comarca de Santos*



Miguel Rollo



Mário Sérgio



Hortência Martinho



Hugo Coviello

## Construindo a luta dos judiciários

**Hugo Coviello**

Conheci a Assojubs há quase 15 anos quando entrei, concursado, no quadro funcional do Tribunal de Justiça. Inicialmente, pensava em ficar seis meses, resolver meus problemas financeiros e voltar para terminar a faculdade. Depois, pensei em ficar dois anos, tentar juntar dinheiro e comprar um carro, que apenas seis anos depois pude adquirir, modelo 1988. Rapidamente entendi como a vida de servidor público não era fácil.

Não via a profissão como carreira, até porque no meu cargo de agente operacional tampouco existe carreira até hoje. Mas, não conhecia essa categoria, suas lutas nem suas necessidades, apesar de já ser um militante político no movimento estudantil.

Nos primeiros dois anos passei a conhecer, entender aos poucos a categoria, sofrer junto seus problemas, fazer grandes e inesquecíveis amizades e me sentir um componente dela. Até que em 2001 estourou a greve de 81 dias e, meio sem querer, me envolvi com as lutas sindicais e com a Assojubs de uma forma que não poderia imaginar.

Em grande medida, esse envolvimento nas lutas dos

judiciários e dos trabalhadores públicos, que existe e resiste até hoje, vem de uma avaliação sentida na pele sobre o Judiciário Paulista e Brasileiro, que me traz, infelizmente, muito mais raiva do que esperança.

Considero o Judiciário Brasileiro, incluindo o do nosso Estado, o mais retrógrado, conservador e autoritário dos poderes constitucionais. E por conta disso, o mais elitista também. Imune à fiscalização, com uma estrutura antidemocrática, sem qualquer participação popular na sua formação e nas suas decisões burocráticas e administrativas. Penso mesmo que, de certa forma, é o Judiciário Brasileiro a origem e a razão das deturpações e corrupções dos outros poderes – Legislativo e Executivo – a origem da impunidade segregacionista da sociedade.

É esse o Judiciário capaz de condenar uma mãe que rouba um alimento para seus filhos com dureza exemplar e libera banqueiros que fraudam o Estado e causam um prejuízo bilionário aos cofres públicos. Um Judiciário que atende, e pelo telefone, aos interesses de empresários que privatizam o Estado e se apropriam do patrimônio público a preço de banana, com seguidos habeas corpus, sem, sequer, fazer a leitura do processo, invertendo a acusação contra o servidor que apresentou as provas processuais, para assim, e com a perda de prazos, justificar a anulação do processo contra o empresário. Um Judiciário onde um presidente de Tribunal pode dar como mimo a uma concubina um Porsche, enquanto seus servidores agonizam em praça pública por melhores condições de sobrevivência que lhe são negadas desrespeitando seus direitos. Aliás, tal mimo incompatível com a moral de um cargo público na qual a ostentação da riqueza deveria ser combatida e não reforçada. Um Judiciário cujos membros,

na imensa maioria, se calam durante a sangrenta e fascista Ditadura Militar, subordinados com silêncio exemplar e irônico até a ausência de leis (vale lembrarmos do AI-5), ajudando a compor um teatro de legalidade para que verdugos seguissem a torturar e matar quem pensasse diferente. Que voltam a se beneficiar com a “redemocratização” e a conquista da vitaliciedade do cargo de juiz sob o argumento, ao meu ver uma excrescência, de se garantir assim a “isenção” do cargo e “fortalecer as instituições democráticas”.

É, companheiros, a essa altura já deu pra perceber, onde, por necessidade de vender a força de trabalho e vontade de prestar um atendimento de qualidade à população, estamos metidos.

O judiciário brasileiro de modo geral é injusto e não é por conta de seus trabalhadores. Pelo contrário, somos nós também vítimas dessa injustiça.

Posso assegurar, após 12 anos de militância no movimento de lutas dos judiciários, que nos enfrentamentos com os mandatários do Tribunal, e foram discussões, no total, com mais de 50 deles, em diferentes cargos, em diferentes locais, sobre diferentes assuntos, que não preciso de mais que os dedos de uma mão para contar aqueles nos quais pude sentir que nos falavam com a sinceridade nos olhos.

Esse amargor contra esse corporativismo, regado a privilégios – inexistentes, aliás, nas nações mais desenvolvidas do mundo -, é que se transformaram em raiva e em energia para lutar junto com os companheiros na defesa dos trabalhadores.

E é na defesa dos trabalhadores do Judiciário que a Assojubs tem papel fundamental, desde seu nascimento, como um sindicato, o Sinjubs, em 7 de dezembro de 1988.

Nossa atuação na direção da

Assojubs (2004-2012) foi organizada para ser combativa, na defesa dos direitos e conquistas como judiciários e trabalhadores, independente em relação à outras entidades e às organizações partidárias, respeitando a necessária existência de partidos políticos, mas atuando de forma que os trabalhadores construam da base para a direção suas reivindicações. E classista, na percepção e na luta em que nossos direitos e interesses, para bem exercer nosso trabalho e atender com qualidade a população, são, na realidade, antagônicos aos interesses de classe daqueles que nos governam, empregam e dirigem.

Creio que cumprimos nosso papel, transformamos em prática muitas de nossas teorias e análises vivenciadas, ao mesmo tempo que ampliamos a ação da Assojubs, sua estrutura associativa, funcional e material (o valor patrimonial cresceu cinco vezes). Criamos também espaços de lazer e acesso cultural para aumentar a coesão e incentivar a discussão e conscientização da importância de cada um participar da vida da categoria. Organizamos a discussão e mobilizamos a categoria para lutar por seus direitos, diminuindo a defasagem salarial em mais de 60%, e conquistando outros benefícios.

Hoje, a Assojubs é reconhecida pela categoria como uma das três principais forças políticas dos judiciários em todo o Estado.

Avançamos na luta com a criação do Sintrajus, exemplo para a criação dos outros sindicatos regionais rompendo o imobilismo e o peleguismo que, burocraticamente, tentaram se apoderar da categoria. E a base dessas organizações de luta, que são os sindicatos regionais, em grande medida também é fruto das discussões nascidas na Assojubs, o que só aumenta sua importância histórica.

O Sintrajus, nossa luta de hoje, é uma esperança no futu-

ro e germinaremos com ela.

Contamos com o apoio de muitos nessas jornadas, com alguns criamos amizades, com outros, divergências, mas, peço licença para saudar alguns dos companheiros que ajudaram nessa caminhada: Paulo Pompeu, Márcio Paiva (em memória), Paulo Mercadante, Maria Kill, e Adelson Gaspar, estendendo essa homenagem aos valentes companheiros da atual gestão, em nome do presidente, Alexandre dos Santos.

Aos companheiros de trabalho: Silvano Simão, André Sartori, Zé Carlos Santos, Carlinhos Greve Geral, Marcos Carvalho, Zé Roberto Henriques, Ticão Assis, Emerson Perez (Xuxu), Alexandre Coelho, Paulão, Paulinho Filgueiras, Orimaldo “Made” Borburema (em memória), Robson Hyatt, Renato Sacciotto, Roberto Maia, Lucilene Cieplinski, Patrícia Esmelri, Sandra Guimarães, Edilene Cardoso, Rosana Menezes, Catarina Lutfi, Aglays Rodarte, Dona Lourdes, Carminha, entre outros, minhas saudações pela participação nas lutas e porque boa parte do que construímos na passagem pela Assojubs nasceu de nossas discussões nas seções e corredores dos prédios dos fóruns.

Por último, quero parabenizar a Assojubs nesses 25 anos, homenageando dois companheiros que muito dedicaram, e dedicam, suas vidas para nossa categoria e para a associação, e que se tornaram pra mim mais que exemplos de luta, exemplos de dignidade humana, a quem sou grato pela amizade, pelos ensinamentos e pela solidariedade. Luiz Tadeu Milito e Sérgio Crochemore (Alemão), foi uma honra lutar ao lado de vocês!

Até a vitória companheiros! Sempre.

**Hugo Coviello foi presidente de 2006 a 2010. É agente operacional pela Comarca de Santos.**



Alexandre dos Santos



Gestão 2004-2006



Gestão 2008-2010



Gestão 2012-2015

## Organização e compromisso

### Alexandre dos Santos

Funcionário do Judiciário Paulista desde 1986, sempre tive interesse em colaborar com o trabalho de luta realizado pela Assojubs, desde sua fundação, em 88, na defesa pelos direitos dos servidores.

Em 2006, incentivado por Laércio Armesto, que também nutria a vontade de contribuir pela categoria, e a convite de Hugo Coviello, Maria Kill Damy Castro e Adelson Gaspar, fiz parte de uma das chapas candidatas, a qual foi eleita para conduzir a associação até 2008. Minha responsabilidade foi administrar a pasta de Convênios.

Por ser uma Diretoria de grande apelo entre os servidores devido às questões assistenciais (médica, odontológica e psicológica) e celebração de convênios de descontos, foi uma atuação em que a relação com os associados foi bem próxima, um trabalho que se repetiu na gestão 2008/2010.

Desse período, mudanças significativas ocorreram, como a negociação com a Unimed Santos para disponibilizar aos associados o plano Unipart, de coparticipação, em que a mensalidade tem um custo reduzido, novos convênios firmados, principalmente os educacionais, visando descontos nas mensalidades escolares, em universidades e cursos de idiomas ou especializações, e atividades de prevenção, o caso da Ação Saúde, já realizada em Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande e Itanhaém.

No pleito de 2010 fui candidato ao cargo de presidente na chapa que se saiu vitoriosa frente a outros dois grupos de companheiros que também concorreram. Assumimos no mês de julho daquele ano, em um período difícil e tumultuado por conta da maior paralisação da história do Judiciário Paulista, de 127 dias.

Eram assembleias regionais e estaduais semanais, com atos e visitas às comarcas, além das reuniões rotineiras com os representantes do Tribunal de Justiça. Em mais um movimento, a Baixada Santista foi de expressiva participação, uma das forças da greve de 2010. E em meio a esse momento de luta e unidade da categoria, ocorreu o processo eleitoral.

Em 2012 houve novo pleito. Ocasão que vai ser lembrada pela despedida de companheiros combativos e a chegada de novas representações na Assojubs: são eles Rosângela dos Santos, Michel Iorio Gonçalves, Nicolas Madureira Barbosa, Solange Martins de Oliveira, Paulo Ferreira Luz, José Carlos de Almeida e Iara Santucci Bouças Pinto.

Hoje, além deles, a Diretoria conta ainda com a força de Luiz Tadeu Milito, Silvio José Realle, Laércio Armesto, Luis Fabiano Mendes, Mario Augusto Bernardes, Eduardo Alexandre Teixeira Requejo e Sergio Augusto Heindrich Crochemore.

De 2010 para cá, tempo no qual venho me dedicando à Assojubs como presidente, o trabalho da Diretoria frente à gestão que se encerra no final de 2015 é cuidar e manter o patrimônio conquistado, com o foco no crescimento como entidade combativa e ampliação estrutural.

No intuito de suprir as demandas do cotidiano para melhor atender aos associados, já foram desenvolvidas obras de reparação e inauguração do Clube de Campo, localizado em Pedro de Toledo, reformulação do Ambulatório Odontológico da Sede Santos, com modernização dos equipamentos do consultório, a inserção do serviço de quick massagem, a ampliação do Departamento Jurídico, com plantões em Cubatão, a criação do Espaço de Leitura, que fica no mezanino da Cantina Assojubs, e a reforma do Estatuto, que possibilitou estender a representatividade com os denominados diretores regionais por diferentes comarcas do Estado.

Muito se fez para chegar aos 25 anos. E muito ainda há para ser feito. A história se renova sempre, por isso temos orgulho de ter participado dessa evolução e contribuído para uma Assojubs sólida, reflexo de uma categoria unida e organizada.

É fundamental agradecer a todos que pela Assojubs passaram, seja como representante ou no cotidiano de associado, mantendo vivo o ideal de que “só a luta muda a vida”.

*Alexandre dos Santos é o atual presidente desde 2010. É agente administrativo da Comarca de Santos.*

## Trabalho junto à Alesp

# PLC 29/2013 é aprovado; projetos 6, 30 e 42 tramitam em regime de urgência

Devido à luta – por meio de amplas tratativas entre a Assojubs, demais entidades representativas da categoria, e o Tribunal de Justiça - e a pressão dos servidores aos parlamentares, com atos e cobranças diretamente nos gabinetes e via Internet, no dia 9 de outubro a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou o Projeto de Lei Complementar 29/2013, de autoria do TJ-SP, sobre a revisão da Lei Complementar nº 1.111/10, acerca do Plano de Cargos e Carreiras dos funcionários do Órgão.

O PLC 29/2013 apresenta alterações como a redução do tempo exigido para progressão funcional (de bienal para anual), a instituição do adicional de qualificação (a ser pago aos servidores que galgarem titulação acadêmica superior à exigida para o exercício do cargo) e a criação de gratificação específica aos agentes administrativos, operacionais e de serviços judiciários, quando em atividade nas unidades cartorárias.

Essa é mais uma conquista da categoria, mas é válido ressaltar que a luta deve prosseguir, pois o artigo 11 do PLC 29/2013, que institui uma gratificação de 65% aos agentes administrativos judiciários, agentes operacionais judiciários e agentes de serviços judiciários, limita esse percentual aos servidores que trabalham nas unidades judiciais (cartórios), excluindo os demais que exercem estas funções nas unidades administrativas. A gratificação também não se estende aos inativos.

A Assojubs em conjunto com a AASPTJ-SP e a Apatej apresentaram propostas de emendas ao PLC 29/2013, mas, para não obstruir sua votação na Alesp,



Ana Carolina Rios/AASPTJ-SP

A Assojubs e entidades como AASPTJ-SP, Apatej, Sindjesp Caieiras e São Paulo e Sintrajus estiveram na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em contato com deputados estaduais



Silvana Medalla/Sindjesp Caieiras e SP

solicitou a retirada estratégica das mesmas. Alexandre dos Santos, presidente da associação, explicou a situação durante um ato realizado pela categoria, em setembro, na Casa: “Vamos seguir fazendo gestões para que os agentes que ficaram de fora sejam contemplados, pois é um absurdo que tais servidores permaneçam em desvio de função, fazendo o serviço que não é característico de suas atribuições e não receber a gratificação por conta disso”.

O vice-presidente da Assojubs, Luiz Milito, foi um dos dirigentes que estiveram na Alesp em contato com os deputados estaduais, entre eles Carlos Giannazi (PSOL), Luiz Claudio Marcolino (PT), Mauro Bragato (PSDB) e Barros Munhoz (PSDB) durante o período que antecedeu a votação do PLC 29/2013. O projeto foi encaminhado ao Executivo para a sanção de Geraldo Alckmin (PSDB), governador do Estado.

Um ofício conjunto, assinado pela Assojubs e demais entidades, foi protocolado junto à Presidência do Tribunal solicitando



agendamento de reunião entre os dirigentes e o presidente, desembargador Ivan Sartori, no intuito de discutir a situação dos agentes administrativos, operacionais e de serviços lotados nas seções administrativas do Órgão.

Ainda tramitam em regime de urgência na Alesp os PLCs 6, 30 e 42/2013, os três de interesse da categoria e também de autoria do TJ-SP. Giannazi e

Olímpio Gomes (PDT) seguem empenhados em suas colocações durante as reuniões do Colégio de Líderes para que os projetos sejam aprovados.

O PLC 6 diz respeito a criação de cargos de assistentes sociais e psicólogos. Já o projeto 42 acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 1.111/10, sobre o Plano de Cargos e Carreiras, possibilitando aos servidores

se licenciarem para tratamento de saúde, no limite de 45 dias por ano, ou ausências em virtude de consulta ou sessão para tratamento de saúde nos termos da LC 1.041/08, sem prejuízo à progressão funcional.

Em uma das conversas com o presidente da Assojubs e o diretor de Tesouraria, Silvio Realle, Giannazi explicou que os projetos 6 e o 42 têm maior probabilidade de aprovação, pois constam de melhorias aos servidores, mas não envolvem tratativas entre o Judiciário e o Executivo para aportes financeiros ou suplementação de verbas.

Acerca do PLC 30, o presidente do Tribunal, desembargador Ivan Sartori, fez uma revisão ao projeto para parcelar a dívida com a categoria, conforme publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo de 7 de novembro, página 34. O percentual de 10,55% corresponde às perdas inflacionárias anterior a março de 2013.

Esse aditivo ao PLC 30 é uma proposta para pagamento em cinco parcelas, a começar em 1º de janeiro de 2014.

## Oficiais de Justiça

# Assembleia em Santos debate sobre a contribuição sindical e atualização das Normas de Serviço da Corregedoria

O Salão do Júri do Fórum de Santos abrigou, na manhã de 30 de outubro, mais uma Assembleia de Oficiais de Justiça da Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM) da Comarca. Na pauta, dois assuntos que causaram aos servidores da classe descontentamento e indignação: a atualização das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e a permissão ao desconto do valor correspondente à contribuição sindical compulsória já para o mês de novembro.

Para prestar esclarecimentos sobre o Comunicado N° 1584/2013, divulgado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) de 24 de outubro, a Assojubs disponibilizou seu Departamento Jurídico, na pessoa do advogado Jonadabe Rodrigues Laurindo, que informou ser possível um Mandado de Segurança Coletivo contra a decisão do Tribunal de Justiça de efetuar o desconto da contribuição sindical aos oficiais de justiça.

O advogado explicou que o processo não foi transitado em julgado, por isso cabe o Mandado de Segurança contra o TJ por ter permitido o desconto, o que não ainda pode ser feito. É uma decisão precipitada e que se estende aos inativos, o que não é acertado, pois eles não devem ser alvo da cobrança se não estão em atividade.

Laurindo respondeu aos inúmeros questionamentos e destacou que a legislação sindical no Brasil não é objetiva e que para o setor público é pior, pois como não existe um conteúdo específico, segue os parâmetros celetistas, baseado na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), regulamentação aplicada aos trabalhadores do setor privado.



A atualização das Normas de Serviço da Corregedoria e a contribuição sindical foram os alvos da discussão

O Tribunal, de acordo com o Comunicado, determinou a cobrança em cumprimento ao Acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso em Mandado de Segurança n° 38.416-SP, interposto pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo. Mas, de acordo com o Jurídico da Assojubs, a decisão não pode ser cumprida por não ter transitado em julgado, sendo passível de recurso.

O Mandado de Segurança coletivo contra essa cobrança envolve apenas os associados da Assojubs. Laurindo confirmou também que a possibilidade dos oficiais escolherem para qual sindicato encaminhar a contribuição não é viável por enquanto, pois a “liberdade sindical é litigada”, não estando disponível essa opção.

Outro ponto que foi alvo do debate na Assembleia foi acerca da publicação do TJ a respeito das alterações nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça. A redação não agradou aos oficiais, que viram nas modificações uma afronta ao serviço, com determinações

inadequadas e de opressão ao material humano que tanto se sacrifica – e passa, muitas vezes, por apuros! - em suas atribuições durante as diligências.

A Comissão de Oficiais de Justiça de Santos informou que os inúmeros pontos de discordância da categoria serão colocados em reunião com o juiz corregedor da SADM, Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho, assim que o magistrado retornar de seu período de afastamento frente ao trabalho na Central de Mandados.

As muitas explanações foram contrárias aos absurdos praticados pelo Tribunal. No entendimento dos oficiais, a única saída é resistir contra essas atitudes que, de um modo geral, são táticas para aplicar o controle ao servidor e restringir sua liberdade no trabalho, uma política de sucateamento com o único objetivo de reduzir direitos, impor metas e diminuir os salários. Essas regras provocam a aposentadoria, aos que já tem tempo para tal, e abre o leque para as terceirizações, que crescem constantemente no serviço público.



Departamento Jurídico da Assojubs presente à Assembleia para prestar esclarecimentos

O intuito da Comissão é discutir tais mudanças com o corregedor e pleitear manter tudo igual. Caso não haja um acordo, existe a possibilidade de uma paralisação por conta desses absurdos praticados pelo Tribunal contra os oficiais.

Durante a Assembleia, a Comissão solicitou aos oficiais que sofreram algum tipo de violência durante o trabalho que façam um relato por escrito, pois será montado um dossiê apontando os locais críticos da Baixada Santista, pontos esses que os oficiais vão se recusar a diligenciar por oferecer risco à integridade física.

### Representantes presentes

A Assembleia de Oficiais de Justiça contou com as presenças de Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, e Hugo Coviello, coordenador do Sintrajus.

### Deliberações

Da Assembleia foram apontados os seguintes indicativos:

- manutenção da Portaria atual da SADM – Santos;
- criação do dossiê da violência para documentar a insegurança por meio da certidão circunstanciada ou boletim de ocorrência;



Hugo Coviello, coordenador do Sintrajus, em sua fala aos oficiais de justiça

Oficiais de Justiça

# A Central de Mandados e a atividade em Guarujá

Walter Penteado Cotrim

O novo sistema implantado pela Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM), a Central de Mandados, na Comarca do Guarujá trouxe celeridade no cumprimento e maior isonomia e igualdade na distribuição do serviço aos oficiais de justiça.

Outro fator importante e positivo com a implementação da Central foi a união entre os oficiais de Justiça da Comarca. Houve algum desconforto somente durante o período de adaptação às mudanças na rotina de trabalho, sendo que isso incentivou dois servidores a pedirem a aposentadoria, pois já estavam com tempo para usufruir do benefício.

Deve também ser levada em conta para os pedidos de aposentadoria a violência que assola a Baixada Santista, e as grandes cidades, e expõe os oficiais de justiça a um estado de preocupação e medo constantes.

Nossa atividade no Poder Judiciário nos leva a conviver diariamente com os conflitos entre as partes, com a miséria material e moral de uma sociedade desigual e com a violência gerada pelo tráfico de drogas. Não é difícil imaginar o quanto isso traz consequências emocionais negativas a todos da categoria.

Caberia, por parte do Tribunal de Justiça, providências no sentido de trazer mais conforto psicológico para amenizar os efeitos de uma rotina de trabalho ligada somente a conflitos e violência, inclusive assaltos, sofridos por oficiais de justiça na execução dos mandados.

Esse apoio profissional po-

deria ter como objetivo resgatar o significado e a importância da Justiça e de nossa função na sociedade, o que melhoraria a autoestima e a motivação do oficial. Outro ponto a ser trabalhado seria auxiliar na distinção entre a vida profissional e pessoal, visto que, após anos lidando diariamente com situações de tensão, acabamos por adquirir um estado emocional constante de estresse que, óbvio, invade o âmbito particular, acarretando desequilíbrios em nossa saúde.

A Baixada Santista é repleta de áreas de invasão (favelas), ruas sem numeração sequencial, jovens e crianças sem o devido amparo da família e do Estado e violência banalizada. Assim, entendo que a implantação da Central de Mandados foi bem-vinda e trouxe avanços, mas é necessário ter muita paciência, união e luta para manter a qualidade de vida.

Com a leitura sobre a nova Portaria que traz mudanças na forma de cotação do reembolso das diligências, duas coisas são preocupantes:

1) Quando mencionado litros de gasolina para cobrir determinada quilometragem, fico pensando: não bebo gasolina! Preciso de um carro para abastecer o tanque, carro usado, que é particular do oficial de justiça, e tem diversas despesas que vão muito além da gasolina.

2) Parece que os responsáveis que preparam essas portarias não consultam nenhum oficial para orientá-los e saber como são, na prática, as diligências e como são cotados os atos. Misturam o raio de 10 km, que servem para definir os mandados de longa distância,

com a cotação feita em endereços “não vizinhos”, dentro do raio de 10km, fazendo, assim, um “imbróglio danado” e dando nó na cabeça dos funcionários responsáveis pelas Cen-

trais. E na nossa também.

Mas, continuamos firmes e unidos para garantir nossos direitos. E, como sempre, nos colocamos à disposição para explicar como funciona nosso trabalho,

se alguém quiser saber.

Walter Penteado Cotrim é oficial de justiça da Comarca do Guarujá e associado da Assojubs

**III ENCONTRO ESTADUAL** JUDICIÁRIOS DO TJSP

**23 DE NOVEMBRO**  
**A PARTIR DAS 9:00H**

NO SINSPREV, R. ANTONIO DE GODOY, 88, 2º. CENTRO, SP  
Próximo à estação São Bento do metrô.  
Descer e atravessar o Viaduto Santa Ifigênia.

**III Encontro Estadual**

Mais uma vez o COMANDO DA BASE, com apoio dos novos sindicatos e outras organizações convoca a todos os trabalhadores do TJSP para o Encontro Estadual. Este é o terceiro ano consecutivo de realização desta atividade que tem por objetivo fazer um balanço da campanha salarial 2013, debater as questões da categoria e preparar a campanha 2014.

**programação**

08:30 às 09:00	Credenciamento
09:00 às 10:00	Texto de avaliação (Comando da Base)
10:00 às 11:00	Apresentação dos textos enviados e intervenções da plenária
11:00 às 12:00	Conjuntura: painel com apresentação do palestrante convidado e intervenções da plenária.
12:00 às 13:00	Almoço
13:00 às 15:00	Apresentação, discussão e definição da pré-pauta de reivindicações.
15:00 às 17:00	Calendário, eixos de campanha e bandeiras de luta.
17:00 às 17:30	Encaminhamentos e encerramento.

**Contribuições por escrito.**

**Textos**  
Para enriquecer os debates sobre as questões da nossa categoria o III Encontro Estadual terá um formato diferente. Serão recebidas contribuições por escrito que servirão de base para parte das discussões do Encontro. Os critérios e orientações para o envio dos textos seguem descritos.

**Data limite**  
A data limite para o envio de contribuições é 08/11.

**Conteúdo**  
Textos sobre conjuntura com temas relevantes para a nossa categoria, especialmente voltados para a campanha salarial. Serão aceitos textos de autoria própria ou de outras fontes, devendo ser mencionada a origem, referências e autoria.

**Parâmetros**  
Máximo de duas páginas tamanho "A4", com fonte "arial" tamanho "11", arquivo em formato "word".

**Forma de envio**  
Deverão ser encaminhados ao e-mail do Comando da Base (comandodabase@gmail.com) até a data limite (8/11). Inserir como título da mensagem "Texto para o Encontro Estadual 2013".

**Encaminhamento**  
Recebidos, os textos serão diagramados e publicamente disponibilizados a partir do dia 11/11 no blog do COMANDO DA BASE (www.comandodabase.blogspot.com). Dúvidas e casos omissos serão esclarecidos e definidos pela Comissão Organizadora do Encontro. Participe! Envie seu texto e acompanhe esse debate pelo nosso blog. A leitura prévia é importante para acompanhar as discussões no Encontro.

**PARTICIPE! DISCUTA E DIVULGUE NO SEU LOCAL DE TRABALHO. COMPAREÇA! A CAMPANHA DE 2014 COMEÇA AQUI.**

**Organização:** • COMANDO DA BASE • SINDJESP-CAIEIRAS E SÃO PAULO  
• SINDJESP-RMSP (Região Metropolitana de S. Paulo) • SINDJESP ABCDMRR  
**Apoio:** • SINTRAJUS (Litoral, Baixada Santista e Vale do Ribeira) • ASSOJUBS  
• AASPTJ • APATEJ • AECOESP • CSP-CONLUTAS (Central Sindical e Popular)

## Convênios Educacionais

### CURSOS



### ESCOLAS



### FACULDADES



Acesse a lista completa em [www.assojubs.org.br](http://www.assojubs.org.br)

## Não fique só, fique sócio da Assojubs!

- 1) Assistência Jurídica
- 2) Planos médicos
- 3) Ambulatório odontológico

- 4) Cartão de consumo Vale Card
- 5) Restaurante (Santos)
- 6) Convênios educacionais

- 7) Convênios de descontos
- 8) Barraca de Praia
- 9) Lazer - Clube de Campo



## Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo



### Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número:   
 Nome:   
 RG:  Nascimento:   
 CPF:  Estado Civil:   
 End.:  Nº:  Complemento:   
 Bairro:  CEP:   
 Cidade:  Tel.:   
 E-mail:  Cel.:   
 Nextel:  ID:   
 Função:  Matrícula:   
 Lotação:  Cidade:   
 Pai:  Nascimento:   
 Mãe:  Nascimento:   
 Cônjuge:  Nascimento:   
 Dependente:  Nascimento:   
 Dependente:  Nascimento:   
 Dependente:  Nascimento:

### Autorização

Nome:   
 titular da conta corrente nº  banco  ag.   
 Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: 1% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.  
 \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
 Assinatura  
 \_\_\_\_\_  
 Ciente /\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 Presidente da Assojubs

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377  
 Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665  
 Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

[secretaria@assojubs.com.br](mailto:secretaria@assojubs.com.br)  
[www.assojubs.org.br](http://www.assojubs.org.br)

Eventos

# Diversão no Criança Jubs 2013

Em 12 de outubro, na Atmas, aconteceu o Criança Jubs 2013, uma realização conjunta da Diretoria da Assojubs para proporcionar entretenimento e diversão à garotada associada (dependentes).

As crianças tiveram uma tarde totalmente direcionada a elas em um espaço que contou com jogos, brinquedos, barraquinhas de doces e salgadinhos e atividades recreativas propostas pelos integrantes do grupo de animação Hora de Brincar.

O Criança Jubs 2013, pelo segundo ano consecutivo, contou com a participação do CCBEU (Centro Cultural Brasil Estados Unidos), cujos representantes promoveram oficinas de pintura, teatro, sorteio de livros e cursos de idiomas.



## 4º Festival de Futebol Society

# Homenagem ao amigo Made e presença do “Canhão da Vila” marcam a disputa

Em 3 de novembro foi realizado, no Clube Atlético Santista, o 4º Festival de Futebol Society da Assojubs. Este ano, além de ser comemorativo ao Dia do Servidor Público (28 de outubro), o evento promoveu uma homenagem a Orimaldo de Almeida Borburema (Made), falecido em 22 de maio.

Para enaltecer o homem honrado, que em vida se dedicou a lutar por jus-

tiça e pelos direitos de sua categoria, a Assojubs fez a entrega aos familiares de Made – presentes à ocasião sua filha Julia R. Borburema, a irmã Ana Neri Borborema, a sobrinha Ana Beatriz Borborema Alvarez, o cunhado Jorge Alvarez e a fiel funcionária Maria Aparecida de Almeida - de uma placa com dizeres em homenagem ao amigo de tantas batalhas.

Abrilhantando o evento, a presença de José Macia, o Pepe, ex-jogador do Santos Futebol Clube, conhecido como o “Canhão da Vila”, que deu o pontapé inicial da 4ª partida da competição. O ex-atleta também recebeu uma homenagem da Assojubs.

O 4º Festival de Futebol Society, um trabalho conjunto da Diretoria da Assojubs, teve os seguintes jogos e resulta-

dos: Condor/Assojubs 4 x 5 OAB Veteranos; Meninos da Vida/Praia Grande 6 x 3 Locomotiva/São Vicente; Greve Geral 3 x 8 Bala N’agulha/Santos; Assojubs Mix 3 x 4 OAB Santos; Guarujá Eterno 5 x 2 Lex Jus/Cubatão.

A premiação foi feita ao encerramento de cada confronto do Festival. Um churrasco de confraternização foi oferecido para os participantes.



OAB Veteranos



Meninos da Vida/Praia Grande



Bala N’agulha/Santos



OAB Santos



A homenagem da Assojubs para “Made”, recebida por seus familiares presentes ao Festival



José Macia, o “Canhão da Vila” também foi homenageado e deu o pontapé inicial de uma das partidas



Guarujá Eterno